



Os Conflitos na Arena Social do Parque Estadual Serra do Conduru (PESC) na Bahia, Brasil

Deyna Hulda Arêas Guanaes¹

Sofia Campiolo²

Elis Cristina Fiamengue³

Jade Silva dos Santos⁴

Joanison Vicente dos Santos Teixeira⁵

RESUMO: Criado em 1997 o Parque Estadual Serra do Conduru (PESC) no Sul da Bahia – Brasil gerou um cenário de disputas e conflitos com os moradores locais, que se perpetua até os dias atuais. Sendo assim, o objetivo desta pesquisa foi analisar os conflitos gerados a partir da criação do PESC e as arenas formadas em função da sua criação. Para tanto, foram entrevistados 23 posseiros, que tiveram suas terras desapropriadas no processo de criação do parque. As arenas sociais se formaram e muitos conflitos surgiram diante das desapropriações, da falta de participação popular, das limitações impostas aos posseiros e pela morosidade do Estado. Os moradores da área tiveram suas vidas transformadas pela chegada da unidade e tiveram que se adaptar a novos modos de vida ou resistir na área do parque vivendo sobre restrições legais e privações econômicas.

PALAVRAS-CHAVE: Conflitos Socioambientais. Unidades de Conservação. Arenas Sociais. Territórios.

THE CONFLICTS AT THE SOCIAL ARENA OF THE PARQUE ESTADUAL SERRA DO CONDURU (PESC) IN SOUTHERN BAHIA, BRAZIL

ABSTRACT: Created in 1997 the Parque Estadual Serra do Conduru (PESC) in the South of Bahia - Brazil generated a scenario of disputes and conflicts with the local inhabitants, which is perpetuated to the present day. Therefore, the objective of this research was to analyze the conflicts generated from the creation of the PESC and the arenas formed in function of its creation. To that end, 23 residents were interviewed, who had their lands expropriated in the process of creating the park. The social arenas were formed and many conflicts arose before the expropriations, the lack of popular participation, the limitations imposed on the residents and the slowness of the State. Residents of the area had their lives transformed by the arrival of the unit and had to

¹ Bióloga. Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Egressa do Programa de Doutorado em Desenvolvimento e meio Ambiente (PRODEMA). Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: deynaareas@hotmail.com

² Agrônoma. Doutora em Ciências Biológicas (Zoologia). Professora da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: sofia.compiolo@gmail.com

³ Socióloga. Mestre e Doutora em Sociologia. Professora da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: eliscfgmail.com

⁴ Bióloga. Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Egressa do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e meio Ambiente (PRODEMA). Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: jadesilva16@hotmail.com

⁵ Biólogo. Mestre. Egresso do Programa de Pós Graduação em Zoologia. Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Doutorando Programa de Ecologia Conservação da Biodiversidade. Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: joanison1990@gmail.com

adapt to new ways of life or resist in the area of the park living on legal restrictions and economic deprivation.

KEYWORDS: Socio-environmental conflicts. Protected Areas. Social Arenas. Territories.

INTRODUÇÃO

Para Ferreira (2005), os conflitos “são inerentes a qualquer sistema social” e são fontes potenciais de propulsão às mudanças. Ou seja, quando os indivíduos ou grupos, identificam objetivos que de alguma forma satisfazem seus interesses, necessidades ou valores, e estes entram em colisão com os interesses de outros, surgem os conflitos, o que equivaleria a dizer que o conflito é a luta entre objetivos incompatíveis (PIGNATELLI, 2010).

Os conflitos ambientais são aqueles em que as disputas dizem respeito ao meio ambiente por conta do seu uso e/ou gestão os interesses divergem, onde há confronto desses interesses (CARVALHO; SCOTTO; BARRETO, 1995).

Diante da disputa de interesses no cenário de um conflito ambiental, são formadas as arenas sociais de disputas, e no caso das Unidades de Conservação (UCs), essas arenas se formam em função do uso de recursos naturais, das expropriações para fins de regularização fundiária da área destinada à proteção. O termo “Arenas Sociais” é uma metáfora usada para descrever a organização política existente por parte dos atores envolvidos, a tentativa de influenciar o processo decisório no que diz respeito às políticas públicas e, dessa forma, dirigem seus argumentos aos responsáveis por formular ou executar essas políticas (HANNIGAN, 2009).

Os conflitos a partir da criação de Unidades de Conservação (UCs) são bastante comuns ao ponto de serem considerados inerentes ao processo (BRITO, 2008). No caso das UCs de Proteção Integral, muitas vezes eles são agravados pelo tipo de apropriação do espaço durante o processo. Segundo Guanaes (2006), isso ocorre porque esse tipo de organização e apropriação do espaço sobrepõe territorialidades diferentes. Para a autora “Os parques nacionais assim como outras unidades de conservação no Brasil são territórios de múltiplos poderes, lugares e subjetividades superpostas.” (GUANAES, 2006, p. 48).

O território tem conotação tanto material, quanto simbólica e sempre está relacionado com a questão do poder, seja poder concreto ou simbólico no sentido da posse da propriedade (HAESBAERT, 2004). Dentre os componentes de poder encontra-se a territorialidade, que extrapola as dimensões políticas, para além desta, incorpora também as dimensões econômicas e culturais, sendo usada

como estratégia dos grupos para criar e manter a ordem, além de parte do contexto geográfico que vivenciamos em nossas experiências e o dotamos de significados (SACK, 1986).

Dentro desse contexto de conflitos ambientais e de território, temos o Parque Estadual Serra do Conduru (PESC), criado em 1997 pelo Decreto nº 6.227, de 21 de Fevereiro de 1997, com uma área estimada em 7.000 ha, posteriormente ampliada para 9.275 hectares, através do Decreto de ampliação nº 8.702, de 04 de Novembro de 2003. O parque está localizado entre os municípios de Ilhéus, Itacaré e Uruçuca na região Sul da Bahia, no Brasil. O parque em função de medida compensatória da construção da BA 001.

Por ter sido criado em 1997 o PESC não passou por consulta pública antes da sua implementação, pois antecede a criação do Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC), que regulamenta as UCs brasileiras e tem como exigência a realização de consulta pública para criação dessas áreas destinadas à conservação. Sendo assim, a criação do PESC pegou os moradores de surpresa. Avisados em suas casas que suas terras estavam destinadas à desapropriação e que deveriam parar de realizar suas atividades agrícolas e extrativistas, os posseiros da área em sua grande maioria, agricultores familiares e extrativistas de madeira, palmitos e piaçava, tiveram que cessar suas atividades econômicas e de subsistência. Hoje depois de 20 anos, ainda existem famílias vivendo na mesma situação esperando receber os valores das suas terras.

Levando em consideração a história de criação do PESC, da maneira abrupta como os moradores foram avisados, bem como restrições legais impostas aos posseiros da área e o fato de sua regularização fundiária ainda ter não sido completada, os conflitos e disputas por recursos e pelo uso da terra, ainda são latente na região.

Dentro dessa perspectiva, é importante entender quais são os principais conflitos enfrentados pelos moradores ainda residentes na área e entender o que mudou na vida das pessoas que saíram da área.

Sendo assim, este artigo tem como objetivo analisar os conflitos gerados a partir da criação do PESC e as arenas formadas em função da criação e gestão do parque.

RUMOS DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada com posseiros que residiram ou residem na área do Parque Estadual Serra do Conduru- PESC e tiveram suas terras destinadas à desapropriação em função da criação do parque. Durante nossas idas à campo encontramos oito famílias vivendo dentro da área do PESC na região conhecida como Região das Tesouras, e 23 famílias que foram realocadas das regiões das

Tesouras e de Serra azul dentro do PESC, para um assentamento criado na região, chamado Programa de Assentamento Nova Vida (PA Nova Vida). Entrevistamos cinco moradores das Tesouras e 18 moradores do PA Nova Vida. Dessa forma, foram entrevistadas 23 pessoas. As entrevistas foram realizadas com todos os posseiros presentes em suas casas nos dias em que estivemos em campo e que se depuseram a participar da pesquisa.

As entrevistas foram realizadas por meio de formulários semi-estruturados, no período entre julho e setembro de 2017. Como nossa pesquisa envolve seres humanos ela foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética na Pesquisa da Universidade Estadual de Santa Cruz pelo protocolo de número CAAE: 4 63746417.3.0000.5526.

Todos os entrevistados são maiores de 18 anos, de ambos os sexos, independente do grau de escolaridade, moradores na comunidade das Tesouras (dentro do PESC) e do Projeto de Assentamento Nova Vida (fora do PESC), preferencialmente os participantes de organizações comunitárias com ações voltadas às discussões sobre os diferentes usos do Parque.

AS DESAPROPRIAÇÕES NO CASO DO PESC: O AVISO POR DECRETO

Devido à falta de consulta pública anterior à criação do PESC, os posseiros que viviam onde na área definida para a poligonal do PESC, foram avisados a partir do decreto de criação da unidade. Segundos os relatos dos entrevistados, eles receberam o aviso em suas terras de forma abrupta, já que não houve nenhum tipo de consulta pública anterior à criação do parque.

Apesar de promulgado no dia 21 de Fevereiro de 1997 e de ter iniciado o processo de regularização fundiária a partir da demarcação da área, em dezembro do mesmo ano, somente em janeiro do ano 2000 ocorreu a primeira indenização do Estado na área, e até hoje somente 38% dos seus 9.275 hectares, encontram-se em situação de regularização fundiária (BARRETO, 2015).

A regularização fundiária para os posseiros foi feita com base nas benfeitorias realizadas por eles nas terras, os valores cobriam os plantios e as construções dentro da área, mas é importante salientar, que a maioria dos moradores vivia em barracos de madeira e não tinha plantações muito extensas, já que se tratava de área de solo pobre e de difícil cultivo e que parte da renda de muitos vinha das atividades extrativistas e trabalhos nas fazendas maiores da região (BARRETO, 2016; BRASIL, 2005).

Quando perguntados como foram feitas as desapropriações os moradores de forma geral chamam a atenção para essa questão do modo como foram feitas as contas para estabelecer o valor da terra como nos relataram dois entrevistados:

“Foram lá nas terra e contaram os pé plantado e os barraco. Deram um valor por isso aí e mais nada.” (Entrevistado-6, 2017). “Contaram as plantações e pagaram e os barracos que tinha e só.” (Entrevistado-10, 2017).

Do período em que foram avisados até receberem os valores das indenizações, passaram-se alguns anos e anos de muito sofrimento, já que para todos os efeitos, desde a entrada do decreto do parque, os posseiros estavam proibidos de desenvolver suas atividades agrícolas.

Até o ano de 2005, parte dos posseiros da Associação de Serra Azul e Tesouras receberam as indenizações e aceitaram o acordo com o INCRA para entrarem para o Programa de Assentamento Nova Vida, entretanto, nem todos receberam os valores referentes às suas terras.

Das pessoas não indenizadas, alguns já haviam abandonado as terras durante o processo, outros aceitaram o acordo de se mudar para o assentamento, mesmo sem receber as indenizações equivalentes as suas terras. Entretanto, outros receberam apenas por uma das terras da família e voltaram a ocupar a área ainda não indenizada e se encontram nela até hoje e outros não receberam nem saíram das suas terras, como relatam: “A minha nem fez nada, ninguém pagou. Mediram e eu não aceitei. Quando saiu para assentamento eu vim pra cá e deixei lá.” (Entrevistado-9, 2017). “Eu não recebi nada e mesmo os que receberam uma porcaria de dinheiro pela terra.” (Entrevistado-13, 2017)

Os entrevistados se queixaram também do que acreditam ser um privilégios dos proprietários (pessoas com o título das terras), diante do tratamento que receberam os posseiros. “De nós tem gente que não recebeu nada ou recebeu miséria, já os ricos que tinha terra lá receberam logo e muito e quem não recebeu ta trabalhando, plantando e ganhando dinheiro lá dentro.” (Entrevistado-7, 2017). “Tem gente aí que é rico e pode plantar até hoje, enquanto os que ficaram aqui sem receber não pode plantar uma roça pra viver.” (Entrevistado-21, 2017)

Praticamente todos os entrevistados acharam os valores baixos e injustos, apenas um entrevistado, acha que foi razoável, pois seguiu um valor determinado para as benfeitorias e que foi aceito pelos moradores. Entretanto, alguns se sentiram enganados, pois acreditam que não tinham noção do valor da terra na época em que os acordos foram firmados e hoje dizem que valiam muito mais do que o valor pago, como demonstra um dos entrevistados: “Nos fizeram de besta, nós não tinha noção de quanto valia uma terra ali, pagaram uma miséria e nós saiu de lá.” (Entrevistado-20, 2017).

A falta de comunicação inicial, a insegurança gerada a partir disso, as restrições legais, os acordos descumpridos, diferença de tratamento dada aos casos de posseiros

e proprietários, os baixos valores pagos pelas terras e a morosidade do processo indenizatório certamente foram pontos geradores e prolongadores de conflitos no caso do PESC.

AS ARENAS SOCIAIS FORMADAS A PARTIR DO PESC

O processo de desapropriação do PESC gerou arenas sociais de disputas, tanto pelo território, como pelo uso dos recursos. Para entender as arenas sociais, é preciso perceber que ela não é um lugar geográfico, mas simbólico onde os ocorrem as ações políticas dos atores envolvidos em uma determinada questão (RENN, 1993).

A arena criada a partir da institucionalização do PESC inclui o Estado representado pela gestão do parque, os posseiros, as ONGs, além da influência e participação do INCRA.

Tomando como ponto de partida o conceito de Hannigan (2009), que descreve as arenas sociais como uma organização política onde os atores buscam argumentar com as instâncias responsáveis pelas políticas públicas na tentativa de influenciar o processo conforme os seus interesses e necessidades.

Dentro desse contexto de insegurança gerado a partir da notícia da chegada do PESC, começam a surgir as lideranças comunitárias e, a partir delas, a ideia de se organizar em associação em busca dos seus direitos. Dessa forma, os grupos começaram a se organizar politicamente para se fortalecer diante de uma decisão unilateral, onde os mesmo se sentiam a parte mais fraca. Surge então a ação coletiva. Essa união em função de interesses comuns.

Parte dos posseiros entendeu que a forma mais adequada para isso, seria a união do grupo, a ação coletiva. Assim, a partir da organização da Associação dos Moradores de Serra Azul e Tesouras, o grupo dos posseiros, puderam se fortalecer em busca de acordos mais favoráveis aos seus interesses.

De um lado, os posseiros organizados em associação, esperando e tentando negociar acordos durante 10 anos de um longo processo, do outro, o Estado, representado pela figura dos gestores na linha de frente das negociações. Além desses atores, também estavam as ONGs com projetos para amenizar os conflitos no início de processo, até o momento em que entra na arena a influência do INCRA e oferece a possibilidade de um assentamento para realocar os posseiros, que culminou na criação do PA Nova Vida.

A partir daí, as arenas mudaram de configuração e se dividiram. Uma parte os posseiros que entraram no acordo e se mudaram para o assentamento, outros não entraram no acordo e se mantêm dentro da área do PESC até hoje.

Dentro das condições impostas, onde os moradores locais começam a perder

acesso aos recursos naturais, perder o direito de produzir a na iminência de perder suas terras, o grupo entra na arena da disputa pelos recursos e pelo território e a partir dessa situação surge para o grupo uma nova forma de organização social. Do outro lado da arena o Estado, que precisa garantir a preservação dos recursos e cumprir o papel de retirar as pessoas da área destinada a este fim. Por vezes com apoio de parte da sociedade e ONGs, pois carregam consigo a importância da preservação da área no contexto da biodiversidade local.

Ainda na arena as ONGs que surgem dando forte apoio à bandeira da conservação, porém com projeto de plantio de mudas para reflorestamento, visando atender o lado da proteção dos recursos e também da necessidade de renda para os moradores locais e outros projetos de integração e apoio aos moradores locais, bem como apoio ao PESC.

Os moradores do local lutavam pelo direito a uma negociação que fosse justa para eles, uma vez que teriam de sair das suas terras, mas todos os entrevistados disseram que nunca tiveram vontade de deixar suas propriedades, mas sabiam que teriam que deixar o local, mesmo contra a vontade. *“Eu sempre amei aquele lugar, nunca quis sair de lá, apesar de toda dificuldade que nós passava, mas a gente sabia que tinha de sair.”* (Entrevistado-13, 2017).

A dificuldade de sair de suas terras tem a ver com o conceito de territorialidade que, dentre outros, “designa a qualidade que o território ganha de acordo com sua utilização ou apreensão pelo ser humano” (SPOSITO, 2009, p. 11).

A territorialidade é um fenômeno social que envolve indivíduos que fazem parte do mesmo grupo e de grupos distintos. Há continuidade e descontinuidade no tempo e no espaço; as territorialidades estão intimamente ligadas a cada lugar: elas lhe dão identidade e são influenciadas pelas condições históricas e geográficas de cada lugar (SAQUET, 2009, p. 88).

A partir das suas territorialidades e identidades construídas por elas, o grupo se fortaleceu pela associação e seguiu em busca de negociações que atendessem melhor suas necessidades, pois os valores pagos pelas terras não foram suficientes para garantir a compra de outra área onde pudessem garantir seu sustento.

TEMPOS DE NEGOCIAÇÕES E A INTERVENÇÃO DO INCRA: O ESTADO ENTRA EM CENA

Durante alguns anos, os membros da Associação dos Moradores de Serra Azul e Tesouras viveram entre reuniões, ações, oficinas participativas com ONGs e com o PESC. No decorrer do processo, alguns receberam suas indenizações e chegaram a desocupar a área, mas continuaram associados em busca de melhores acordos, já que

se sentiam lesados pelo processo. Como podemos observar na fala dos entrevistados: *“Teve gente que como eu não recebi nenhum centavo daquele parque, eu acho que ninguém merecia isso”*. (Entrevistado-15, 2017). *“Eu recebi 23 mil. Aí comprei uma casinha na Serra Grande e ficamos de cara pra riba sem saber mais o que fazer. Eu fiquei lá menos de um ano. O dinheiro não dava pra nada.”*. (Entrevistado-5, 2017). *“Com esse dinheiro uns nem barraco comprava. Assim eu ia era para debaixo da ponte.”* (Entrevistado-9, 2017). .

Sem conseguir sobreviver sem a produção das roças e sem as atividades extrativistas, alguns moradores saíram sem receber as indenizações e também se desligaram da associação, outros o fizeram logo que receberam as indenizações

Em 2005, a configuração da arena começa a ganhar outros contornos, pois nesse momento entra o INCRA, a partir de uma reunião com os posseiros. Órgão foi convidado a participar da reunião para ouvi-los e buscar uma forma de resolver a situação daquelas pessoas.

Segundo os moradores a intervenção do INCRA veio da união do grupo com uma vereadora membro do MST e de um membro de uma ONG, que colocaram o INCRA no processo. *“Na verdade não existia acordo pra dar terra, quem colocou isso no acordo fomos nós. Porque a gente se juntou com a vereadora e o sindicato de trabalhadores rural, mas vereadora que sempre lidou com briga de terra, aí ela falou com o rapaz da ONG e foi eles que colocaram o INCRA na história.”* (Entrevistado-17).

Assim surgiu a proposta de criação do PA Nova Vida em uma antiga fazenda da região que estava em processo de reforma agrária. Depois do acordo 42 famílias passam a ocupar a área que possuía 44 lotes, naquela época. Os demais foram distribuídos pelo INCRA à antigos trabalhadores da fazenda desapropriada (BARRETO, 2015).

Com a entrada do INCRA no processo e com a criação do assentamento, o Governo do Estado da Bahia (neste caso, representado pela gestão do PESC), deixa de ser o ponto central da arena, tendo em vista que a maioria dos que aceitaram o acordo receberam o valor da indenização pelas terras e associação agora passa a ser Associação do Programa de Assentamento Nova Vida e os acordos começam a ser em instância federal, no caso com o INCRA. Os moradores que não receberam as indenizações aguardam até hoje e tentam receber o valor por meio de advogados.

A partir da chegada no assentamento, os moradores dizem que as ONGs começam a não mais procurá-los e se queixam também da ausência do PESC, em ações que os envolvam como nos relatam os entrevistados: *“Eu acho que de vez em quando essas ONG aí deveriam vir alguém aqui cuidar da gente, explicar alguma coisa. Trabalharam com as mudas, mas depois abandonaram.”* (Entrevistado-9 ,

2017). “Hoje eu falo pra quem quiser ouvir, depois que pegaram nossas terras lá, eles nem lembram que a gente existe” (Entrevistado-18, 2017).

Posto isto, observamos que, na tentativa de influenciar o processo e obter algum acordo favorável, os posseiros associados precisaram de apoio de membros externos à arena (políticos, membros das ONGs locais), até que houvesse uma intervenção da instância federal.

Na teoria das arenas de Renn (1993), a influência dos atores na arena é dependente dos recursos, sejam eles materiais, humanos, organizacionais, de coordenação e até apoio do público em geral e para influenciar as regras de arena. Foi o que aconteceu nesta arena, diante da falta de recursos financeiros, o grupo se organizou e buscou apoio em pessoas que pudessem influenciar a regra da arena, já que não estava previsto receber nada além das indenizações.

A partir da criação do assentamento houve o desmembramento de parte do grupo, tendo em vista que alguns moradores não saíram do PESC, por não terem sido indenizados e outros voltaram a ocupar por não se adaptar ao assentamento e ainda terem terras a serem desapropriadas na poligonal da unidade.

A ARENA DA RESISTÊNCIA: A LUTA PELOS DIREITOS

Depois da negociação com o INCRA e a criação do assentamento, outro cenário se forma, e este cenário inclui as pessoas que resolveram permanecer na luta pelo direito de receber os valores pelas suas terras.

Importante entender que existe hoje nas Tesouras quatro lotes com 11 famílias. Sendo que em um desse lotes existe um grupo numeroso formado de um posseiro, sua esposa e dez filhos casados e suas respectivas famílias. Esta família recebeu parte da indenização referente as terras do patriarca e um lote no assentamento, mas não receberam as terras herdadas pela esposa. Estes resolveram voltar para a área do PESC, por dificuldade de adaptação às regras do INCRA, que não permite mais de 3 lotes por família. Por serem uma família numerosa, acharam por bem deixar os lotes que receberam nas mãos de 3 filhos e voltar com os demais para ocupar a área que ainda não foi indenizada. Como nos relatou um dos nossos entrevistados: “E eu tive uma posse no assentamento, mas eles implicaram que podia ter só 3 pessoas da mesma família. Eu tinha 11 filhos sem meus filhos junto eu não fico.”(Entrevistado-23, 2017).

E a partir desse cenário, surge aí uma nova arena, dessa vez com os moradores que resistem no PESC lutando pelo direito de permanecer na terra até que sejam pagas suas indenizações, o Governo do Estado da Bahia na figura do PESC e da polícia ambiental e o Ministério Público (MP), que tenta mediar o conflito na área.

Com o desmembramento do grupo os moradores das Tesouras ficaram sem associação e hoje lutam sozinhos pelo direito de permanecer até que tenham direito a outra terra, enfrentam as abordagens policiais, participam de reuniões e tentam negociar acordos com o PESC.

Nessa arena, os conflitos se acirraram muito durante os anos, pois as pessoas que ali permaneceram precisam lidar com a vigilância maior sobre as atividades extrativistas dentro do parque, com as dificuldades financeiras por estar há 20 anos sem cultivar suas terras, além de enfrentarem incontáveis reuniões com a gestão do parque e com o Ministério Público, sem nenhuma solução definitiva para o caso. “*Antes eles tratava a gente lá como bandido invadiam a casa da gente, jogava tudo pra o ar procurava arma isso aquilo outro como se a gente fosse bandido.*” (Entrevistado-20, 2017). “*Antes a gente plantava em paz, agora a gente não pode plantar que aparece alguém pra não deixar. Deveriam deixar nós plantar pelo menos uma mandioca.*” (Entrevistado-22, 2017).

Os moradores das Tesouras continuam em suas terras, mas se sentem tratados como bandidos, tolhidos da sua liberdade e oprimidos. “*Antes a gente tinha essa liberdade hoje sou oprimido e eles não deixam a gente plantar e nem ajudam a gente como forma de alimento.*” (Entrevistado-20, 2017). “*Vivemos sofrendo todo tempo eles invadindo a casa da gente, botando polícia pra pegar a gente. Três carros de polícia eles botou pra pegar a gente num dia só.*” (Entrevistado-23, 2017). “*Foi preciso enfrentar os guardas. Porque eles vêm seguir a gente como se fosse um demônio, uma obra maligna pra nos perturbar.*” (Entrevistado-21, 2017).

Este tipo de sentimento gerado por essa situação diante da criação de Unidades de Conservação, não é um caso isolado do PESC, isso foi detectado também por autores como Calvimontes (2016), no Parque Estadual da Serra do Mar, em São Paulo, onde os moradores também vivem situação muito parecida com os moradores do PESC e relatam sentimentos de abandono, de perseguição e de marginalização.

Diante das dificuldades enfrentadas os moradores que continuam dentro do PESC desenvolveram uma identidade de resistência. Criada por atores em condição de desvalorização ou estigmatizados pela lógica de dominação, a identidade de resistência surge com suas próprias bases e princípios (CASTELLS, 1999).

Vivendo um processo prolongado por 20 anos, de conflitos, disputas, perdas e sofrimentos, só existiam dois caminhos para essas pessoas, desistir ou resistir e eles optaram pelo segundo. Como observamos no discurso do entrevistado: “*A gente acha uma força, porque fomos nascido e criado aqui, as atividade é grande pra a gente permanecer aqui. Isso aqui é nosso chão.*” (Entrevistado-19, 2017).

Dentro desse cenário conflituoso os atores da arena, cada um com suas agendas

e interesses, convivem e buscam a resolução de um problema que se estende por duas longas décadas.

O PROCESSO DE ADAPTAÇÃO À VIDA EM ASSENTAMENTO: VIVER SOB REGRAS

Aos saíam do PESC e se mudaram para o PA Nova Vida, os posseiros precisaram se adaptar não somente à nova arena e que se formou a partir da saída do parque, mas também ao modo de vida sobre as regras da associação e do INCRA.

Portanto, é preciso deixar claro, que esses novos assentados do programa do INCRA, nunca foram de nenhum movimento de trabalhadores sem terra, sempre foram produtores e/ou extrativistas individuais em suas terras e a vida em assentamento foi uma oportunidade de se reencontrarem com a terra e não um projeto de vida.

Com a ida para o assentamento, os novos assentados tiveram que enfrentar a vida conduzida por associação, uma mudança no modo de viver e tomar decisões, tendo em vista, que anteriormente não precisavam tomar decisões conjuntas, pois eram livres para decidir em suas terras, como enfatizam os entrevistados: *“Aqui tem aqueles que tava lá em cima e quer trazer a gente debaixo dos pés e eu nasci e me criei e com 59 anos o dia amanhecia e fazia o que eu queria. Nessa idade eu não vou consigo viver nos costumes dos outros.”* (Entrevistado-10, 2017). *“Pra mim mesmo eu não acho bom viver em associação. Eu estaria melhor se eu tivesse meu sítio reservado, principalmente pra mim que sou velho.”* (Entrevistado-9, 2017).

A mudança para o assentamento representa um desafio na construção de uma nova identidade, uma identidade que abarque a vida de assentado de reforma agrária, muito diferente da vida livre como posseiro agricultor e extrativista que tinham anteriormente. Podemos entender assim que a identidade é uma construção, não é algo fixo, nem estático, não se restringe a quem somos, mas a quem podemos nos tornar (CRUZ, 2007).

Essa construção de um novo modo de vida pressupõe mudanças internas no modo de encarar o trabalho, de partilhar a vida, de aceitar decisões coletivas, de partilhar os espaços, de encarar o território, de construir uma nova territorialidade, uma nova identidade. Seria dentro desse contexto a reterritorialização que nos fala Haesbaert (2004), vista pelo autor como algo inerente ao processo de desterritorialização, tendo em vista que o homem sempre se reterritorializará quando necessário, sendo ele um animal territorial.

A desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território, que vai além de perder ou destruir os processos de territorialização, na maior parte das

vezes estamos “vivenciando a intensificação e complexificação de um processo de reterritorialização muito mais múltiplo, “multiterritorial”. (HAESBAERT, 2007, p. 19). Milton Santos (2002), enxerga o processo de reterritorialização, como uma “redescoberta do sentido de lugar e da comunidade”, um redescoberta que inclui o sentido de pertencimento ao lugar.

Nesse sentido, a comunidade que construiu sua identidade com forte base extrativista, precisou abandonar esse lado das suas vidas e seguir fortalecer a identidade de agricultor, buscando aprender sobre outros cultivos, outras formas de plantio, principalmente ainda precisa se adaptar ao modo de vida em condição de associativismo como nos mostram nos relatos: “A maioria de nós não tinha muito costume com cacau e aqui nossa maior renda é quando tem cacau, então até hoje nós tá aprendendo a lidar com ela pra tirar um dinheirinho.” “Lá era melhor pra gente que a gente não vivia dominado. Lá a gente vivia feliz! Nós chegou aqui e ficou tudo dominado.” (Entrevistado-16, 2017).

O processo de reterritorialização da comunidade no assentamento continua sendo difícil até os dias de hoje. Certamente o fato de não serem trabalhadores sem terra, engajados politicamente nos movimentos de luta pela terra, gerou mais dificuldade na vida em assentamento. Contudo, apesar de serem donos das suas terras anteriormente, o assentamento foi conquistado com a luta e organização da comunidade em busca de apoio para seus anseios.

Em se tratando de assentamento rural, a ocupação de um novo território é algo singular, trata-se de um momento extremamente significativo da materialização das lutas pela posse da terra e é partir dessa nova ocupação que se molda o novo território, com base nas territorialidades e identidades, assim como pela atuação do Estado (RAFFESTIN, 1993).

Nesse sentido, acreditamos que a luta dos posseiros do PESC, que culminou num assentamento de reforma agrária do INCRA, representa para eles uma vitória importante, mas não tem o mesmo significado das terras num assentamento, onde os assentados passaram suas vidas lutando para conquistar aquele modelo de vida.

Sendo assim, exigiu dos moradores uma nova dinâmica de apropriação do espaço e esta apropriação para se completar, dependerá de uma série de relações estabelecidas entre os sujeitos e esse território, recriando não só uma nova identidade social, mas uma nova identidade territorial.

Muitos moradores reconhecem o valor daquelas terras em suas vidas, no sentido de terem terras mais produtivas e casas melhores (com banheiro, fossas, água encanada). “No assentamento tivemos apoio de projetos do Governo Federal que nos fez as casas. Hoje por um lado estamos num terreno bem mais fértil do que era

na Serra Azul.” (Entrevistado-17, 2017). “*Lá a gente tinha liberdade, mas aqui pelo menos nossas casinhas é melhor, tem banheiro e água e a terra também é melhor e tem o cacau.*” (Entrevistado-18, 2017).

Entendemos que o Estado deveria desenvolver ações no sentido da integração da comunidade ao modo de vida em assentamento, sobretudo favorecer por meio de oficinas e cursos a perspectiva do associativismo como estratégia política fundamental para vida em assentamento.

Dez anos depois da mudança para o assentamento os antigos moradores do PESC ainda se encontram com dificuldades de adaptação e sem apoio efetivo do Estado para tornar esse processo menos traumático para os envolvidos.

Na arena que se formou a partir do assentamento, fica claro que o governo do Estado e as ONGs locais realmente não se envolvem mais com a comunidade, de certa forma houve uma transferência de responsabilidades no caso do Governo da Bahia e um esquecimento por parte das ONGs.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise entendemos que diversos fatores contribuíram para geração de conflitos e acirramento dos mesmos no caso PESC. A forma autoritária e abrupta como foi anunciada, bem como, as limitações do trabalho dos posseiros, além da morosidade em revolver as questões voltadas às desapropriações, certamente foram a base para os conflitos enfrentados até os dias atuais.

Não houve por parte do Governo do Estado da Bahia (responsável pelo parque), nenhuma ação concreta para minimizar os danos na vida dos moradores locais. Dependendo de ações externas e da própria iniciativa de luta, parte dos moradores que foram para o Programa de Assentamento Nova Vida tiveram suas vidas modificadas e até hoje vivem um processo de adaptação ao novo modo de viver. Já os poceiros que ainda não receberam suas indenizações e se mantêm na área do parque, continuam privados de exercer suas atividades agrícolas e ou de subsistência. Compreendemos que para entrar nessas arenas e conseguir algum resultado positivo para si, os posseiros da área do PESC, que tiveram suas terras destinadas à desapropriação, precisaram encontrar nas suas identidades coletivas o ponto de união e coragem para lutar, além de buscar redes de apoios, a fim de se fortalecerem numa arena onde não são eles que ditam as regras, nem detêm os recursos.

Se por um lado a área é biologicamente importante e deve ser preservada pensando na sua importância regional e global, por outro prolongar os conflitos prejudica a vida dos desapropriados e também a efetividade da UC, uma vez que

estão expostos a maior vulnerabilidade social, certamente os moradores precisarão por vezes fazer uso dos recursos da floresta.

Muitas arenas foram formadas durante esses mais de vinte anos de processo. Aos que saíram das suas terras e foram viver no assentamento, coube enfrentar um novo modo de vida e a ideia de viver segundo os regimentos da associação. Para estes, a perda da liberdade de exercer suas atividades econômicas, a saída das suas terras e a mudança para outro local e modo de vida, representou um processo de difícil adaptação que persiste durante o tempo. Aos que se mantiveram dentro do parque, coube o fortalecimento da identidade de resistência, a privação das atividades de subsistência e o enfrentamento da miséria e os conflitos por uso dos recursos.

Hoje tanto os que saíram do PESC, como os que ainda vivem naquela área, podem contabilizar algumas de suas perdas materiais, contudo, não é fácil estabelecer um parâmetro para as perdas emocionais, haja vista o tipo de ligação que todas aquelas famílias têm com seus territórios de origem.

Importante salientar que a vida do homem do campo está ligada ao seu trabalho de forma indissociável, uma vez privados de trabalhar ou tendo que se adaptar a novas formas de trabalho, certamente a vida dessas pessoas foi impactada em pontos fundamentais para o exercício da própria cidadania.

Os entrevistados entendem a importância ambiental da área e a importância de se criar uma reserva no local e entendem que de algum modo eles colaboraram para a manutenção da área. Dessa forma, acreditamos buscar que conhecer as comunidades envolvidas e envolvê-las no processo, poderia ter sido um caminho menos conflituoso para ambas as partes, pois não se nega a necessidade da criação da área, mas o modo como as decisões foram tomadas.

Dessa forma, acreditamos que os moradores locais deveriam ter participado do processo de criação do PESC de forma efetiva e respeitosa, além disso, as comunidades deveriam ter sido estudadas antes de qualquer decisão de desapropriação, para melhor entender sua origem e sua cultura, e assim tentar minimizar os danos diante da perda dos seus territórios.

Sobretudo, entendemos que os laços com o território são fundamentais na construção da identidade dessas pessoas e que os prejuízos no caso das desapropriações, além de imensuráveis, são inevitáveis. Entretanto, se as ações tivessem sido respeitosas e ágeis, certamente muitos conflitos teriam sido evitados.

A resolução dos conflitos talvez só seja possível diante de ações efetivas do Estado, da aplicação de uma gestão participativa e do entendimento da cultura e origem étnica dos povos das florestas. Tendo em vista que se as áreas destinadas à conservação são tidas como áreas melhor preservadas, possivelmente as atividades das comunidades locais de alguma forma contribuíram para isto.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente- MMA. **Plano de Manejo do Parque Estadual Serra do Conduru**. Bahia: Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Superintendência de Desenvolvimento Florestal e Unidade de Conservação - SFC. 2005.

BARRETO, M. **Parque Estadual Serra do Conduru: Histórico da Criação, Implementação e Conflitos Socioambientais**. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado Profissional em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável. IPE - Instituto de Pesquisas Ecológicas. Serra Grande, Uruçuca. 2015.

BRITO, D.M.C. Conflitos em Unidades de Conservação. PRACS: **Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais**. UNIFAP. nº 1, p. 1-12. 2008.

CALVIMONTES, J.; FERREIRA, L.C. Bandidos na Serra do Mar? Conflitos, estratégias e usos múltiplos dos recursos naturais na Mata Atlântica de São Paulo. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 38, p. 77-99, agosto 2016.

CARVALHO, I.; SCOTTO, G.; BARRETO, A. **Conflitos sociais e meio ambiente: desafios políticos e conceituais**. 1 ed. Rio de Janeiro: Ibase, 1995. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CRUZ, V.C. **Territorialidades, identidades e lutas sociais na Amazônia**. In: ARAÚJO, F,G,B de; HAESBERT, R. Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro. Cap. 05, p. 93-122. 2007.

FERREIRA, L.C. Conflitos sociais e uso de recursos naturais: breves comentários sobre modelos teóricos e linhas de pesquisa. **Política & Sociedade**, nº. 7, p. 105-118, out. 2005.

GUANAES, S, A. (2006) **“Meu Quintal não é Parque!” Populações Locais e Gestão Ambiental no Parque Nacional da Chapada Diamantina-BA**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, IFCH, UNICAMP, 2006.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à Multiterritorialidade**. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro. 396 p 2004.

HAESBAERT, R. **Território e Multiterritorialidade**: um debate. GEOgraphia. . ano 11, n. 17, p. 19-44. Rio de Janeiro. 2007.

HANNIGAN, J. 2009. Sociologia Ambiental. Editora Vozes. Petrópolis, Rio de Janeiro. LIMA, G,S; RIBEIRO, G,A; GONÇALVES, W. Avaliação da efetividade de manejo das unidades de conservação de proteção integral em Minas Gerais. **Revista Árvore**, Viçosa, v. 29, n. 4, p. 647-653, 2005.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva. Os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais**. Editora da Universidade de São Paulo. 1999.

PIGNATELLI, M. **Os conflitos étnicos e interculturais**. 1 ed. Lisboa: ISCSP. 280 p. 2010.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática: 1993.

RENN, O. **The social arena conceptofrisk debates**. In: Krinsky, S. (Ed.). Social theoriesofrisk. 179-196 pp. Westport, Conn. 1993.

SACK, R. **The humanterritoriality : its theoryandhistory**. Cambridge, Cambridge University Press. 1986.

SANTOS, M. **O retorno do território**. In: SANTOS, M; SOUZA, M, A,A,S; SILVEIRA, M,L. (Orgs.). Território: Globalização e fragmentação. 5ªed. São Paulo: Hucitec/Anpur, 2002.

SAQUET, M,A.**Por uma abordagem territorial**. In: SAQUET, M,A.; SPOSITO, E,S. (Org.) Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos. 1ª ed. São Paulo; Expressão Popular, p. 73-94. 2009.

SPOSITO, M.E.B. **Introdução**. In: SAQUET, M,A; SPOSITO, E,S. (Org.) Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular. p. 11-16. 2009.